

**INCLUSÃO DAS PESSOAS COM NECESSIDADES ESPECIAIS
NA ESCOLA DO CAMPO**

Monografia apresentada para a obtenção do título de Especialista em Educação do Campo, Curso de Pós-Graduação em Educação do Campo, Departamento de Planejamento e Administração Escolar, Setor de Educação, Universidade Federal do Paraná.

Orientadora:
Prof.^a Ângela Maria Silveira Portelinha

CURITIBA

2007

DEDICATÓRIA

Aos meus filhos, esposo, pais, irmã, irmão
(*in memórian*) e companheiros de todas
as horas.

AGRADECIMENTOS

À minha orientadora, que me auxiliou em todas as etapas desta pesquisa, sem deixar de falar de meus acertos, de meus erros, de meus equívocos e minhas dificuldades, mostrando-me que nesta vida nada é fácil e que errando se aprende.

À minha co-orientadora, que me deu suporte durante a orientação, ajudando-me a refletir sobre meus escritos, dando-me uma lição de coragem.

Aos meus companheiros de sala de aula, que colaboraram com meus estudos e que jamais serão esquecidos.

Aos professores, pelas dicas e paciência, pois eles são presentes que o Pai nos manda embrulhados.

À minha coordenadora do curso, que conseguiu conciliar a vida profissional com a vida pessoal e familiar, procurando ser consciente de cada ação.

Aos meus familiares, que em momento algum cronometraram o número de horas em que me encontrava ausente, pois quem sabe faz a hora e não espera acontecer.

RESUMO

Dentro de um contexto histórico social, a questão da pessoa com necessidades especiais, de modo geral, ainda é vista com muito descaso, mas a história assinala, desde a Idade Antiga, políticas extremas de exclusão. Já nos últimos séculos, a busca pela cidadania coloca a inclusão e a exclusão como objeto de polêmicas e debates na sociedade.

Precisamos saber que o que define a inclusão educacional não é a condição da pessoa, mas o direito à educação, em sentido pleno enquanto valor e princípio. Busca-se com esta pesquisa investigar: qual a concepção de deficiência tida pelos educadores? Como está sendo realizado o trabalho com as crianças especiais numa escola do campo, no Município de Rio Bonito do Iguaçú, na perspectiva da inclusão escolar?

É preciso investigar e rever os aspectos que interferem para que isso aconteça, resgatando sua auto-estima, tornando-os como uma parte dessa comunidade escolar.

Despertar o senso-crítico, dando mais importância às pessoas com necessidades especiais, exatamente porque estamos em um momento da história em que a inclusão está rapidamente se tornando um princípio estimulado em toda parte do mundo. Rever os aspectos que interferem para que aconteça a inclusão dos educandos com necessidades educativas especiais nas classes comuns da rede de ensino regular.

As entrevistas foram organizadas com roteiro prévio, com depoimentos que comunicassem os sentimentos frente à inclusão; todas foram realizadas na escola. Procurou-se também compreender como se dá a relação educando-família, educando-educador e educando-educando, verificando o que tem dado certo na escola, quais as dificuldades encontradas frente a esse novo paradigma e qual a concepção de deficiência que os educadores possuem. O roteiro da entrevista foi flexível, permitindo que cada um expressasse livremente as experiências já vividas frente aos educandos com necessidades especiais.

A principal finalidade é registrar, ordenar e comparar dados coletados em campo através de: análise de documento, entrevistas com educadores, diretores, condenação pedagógica da instituição através de questionários, uma pesquisa que buscou compreender a experiência que os educadores possuem, para receberem em sua sala de aula educandos com necessidades-educacionais especiais, inclusive, trabalhando em uma escola do campo que possui todas as necessidades possíveis para desenvolver um bom trabalho.

Para muitos educadores, a inclusão é vista como prática positiva, tanto para o educando com necessidades especiais quanto para os outros educandos. Eles acham que há muita solidariedade entre ambos. No entanto, há educadores que dizem existir problemas na inclusão destes educandos, pois há um número muito elevado deles em sala de aula, o que dificulta o seu trabalho em qualquer situação regular e, mais ainda, com educandos incluídos.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	6
CAPÍTULO I	
PESSOAS DIFERENTES NA HISTÓRIA: OLHAR SEM BENEVOLÊNCIA.....	8
1.1 Entendendo o movimento de Inclusão em Rio Bonito do Iguaçu.....	9
1.2 Inclusão da pessoa com necessidades especiais nas escolas do campo.....	12
CAPÍTULO II	
REFORMA AGRÁRIA, EDUCAÇÃO DO CAMPO: REALIDADE OU UTOPIA?.....	16
2.1 Os desafios da escola do campo.....	19
CAPÍTULO III	
A EDUCAÇÃO ESPECIAL EM RIO BONITO DO IGUAÇU.....	24
3.1 Pesquisa.....	28
3.2 O contexto pesquisado.....	28
3.3 Os sujeitos pesquisados.....	29
3.4 A metodologia.....	30
CAPÍTULO IV	
ANÁLISE E INTERPRETAÇÃO DE DADOS.....	31-
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	37
REFERÊNCIAS.....	39

INTRODUÇÃO

A presente pesquisa é uma das atividades do Curso de Especialização em Educação do Campo e realizou-se na escola Herbert de Souza, no Assentamento Marcos Freire, em Rio Bonito do Iguaçu, município do Estado do Paraná. Cabe-nos despertar o senso-crítico, dando mais importância às pessoas com necessidades especiais¹, exatamente porque estamos em um momento da história em que a inclusão está rapidamente se tornando um princípio estimulado em toda parte do mundo. Somos todos responsáveis pelo estado em que as coisas se encontram. Precisamos saber que o que define a inclusão educacional não é a condição da pessoa, mas o direito à educação, em sentido pleno enquanto valor e princípio. Pressupõe-se que todos os alunos devem participar das classes comuns da rede de ensino com igualdade de oportunidade, é preciso investigar e rever os aspectos que interferem para que isso aconteça, resgatando sua auto-estima, tornando-os como uma parte dessa comunidade escolar.

Assim sendo, busco com esta pesquisa investigar: qual a concepção de deficiência dos educadores? Como está sendo realizado o trabalho com as crianças especiais numa escola do campo, no Município de Rio Bonito do Iguaçu, na perspectiva da inclusão escolar?

Vale salientar que a palavra “escola” pode indicar diferente espaço educacional onde se desenvolve os níveis, as etapas e modalidades de educação onde há preocupação com a formação de um novo homem em adequar-se às novas regras e princípios. Com a política de inclusão escolar, os espaços educacionais comuns devem estar preparados para que todas as crianças, jovens e adultos possam aprender juntos, independente da necessidade da utilização de diferentes alternativas metodológicas. Pois sabemos que devemos contribuir para a ruptura das instituições escolares, a contextualização histórica da realidade do campo está sendo um descompasso entre a educação normal e a educação especial.

¹Entendemos, segundo Ferreira, por deficiente a pessoa com necessidade ou o indivíduo cujas características físicas, mentais, emocionais ou sociais apresentam um desvio da norma, em determinado grau, requerendo, desta forma, serviços especiais para desenvolver ao máximo as suas capacidades.

Precisamos nos desafiar diante do assunto com o intuito de fomentar uma reflexão sobre o princípio e a operacionalização da inclusão ou da exclusão no contexto escolar, compreender e explicitar quais são os nexos entre Educação do Campo e a política da inclusão. Isso poderá contribuir para questionar quais as medidas que estão sendo aplicadas pelos educadores na realização das práticas-pedagógicas, na perspectiva de construir ações para tornar eficaz a inclusão do educando com necessidades especiais na escola do campo, pois ela pode ser a bandeira de luta que decidiremos empunhar neste novo tempo de história fazendo, principalmente, uma análise frente às escolas do campo que incluem educandos com necessidades especiais.

Neste trabalho, a principal finalidade é registrar, ordenar e comparar dados coletados em campo através de: análise de documento oficial, entrevistas com educadores da instituição através de questionários, com princípios e finalidades, pois incluir uma pessoa com necessidades especiais nas classes comuns é desafiador. São poucos os educadores e educadoras das escolas do campo que têm suporte para atender às necessidades dos alunos especiais.

Assim sendo, o texto é o produto de uma pesquisa que buscou compreender a experiência que os educadores possuem para receberem em sua sala de aula educandos com necessidades educacionais especiais, inclusive, trabalhando em uma escola do campo que possui todas as necessidades possíveis para desenvolver um bom trabalho.

CAPÍTULO I

PESSOAS DIFERENTES NA HISTÓRIA: OLHAR SEM BENEVOLÊNCIA

A contextualização de ensino da realidade a qual me levou a desenvolver esta pesquisa acentua um descompasso entre o ensino regular e a educação especial; antes de prosseguir, porém, gostaria de deixar claro que não estou me colocando, de modo algum, contra o conceito de inclusão, muito pelo contrário. Pelo fato de ter trabalhado por alguns anos em uma escola do campo e atualmente ingressar em uma escola de educação especial, percebi que as pessoas, de modo geral e especialmente as do campo, passam por dois tipos de necessidades, isto é, primeiramente são incluídos e depois se tornam excluídas, não só por possuírem deficiências, mas sim, por não se enquadrarem ao padrão imaginário do aluno “normal ou urbano.” Considera-se que as escolas tornaram-se depósitos de todos aqueles que, por uma razão ou outra, não se enquadram no sistema escola; há classes com trinta ou mais educandos, a escola não possui adaptações necessárias para atendê-los, os educadores têm pouca formação para desenvolver seu trabalho.

Vale ressaltar que a pessoa que possuía algum tipo de deficiência trazia junto de si o impacto da rotulação na sua subjetividade e, conseqüentemente, na subjetividade da sociedade. A pessoa passa a ser vista até mesmo pela própria família a partir de um rótulo, e deixavam-na escondida, excluindo-a da sociedade. A família tinha-a como algo que causava vergonha, como doente, castigo recebido por ter visto outra pessoa com o mesmo problema. Na Idade Moderna, que se caracterizou pelas grandes conquistas da burguesia, tomavam-se decisões muito severas com as pessoas que apresentavam deficiências. Ao perceber algo diferente, elas eram abandonadas, levadas a paradiços desconhecidos, bem como os recém-nascidos assassinados, atitudes encaradas com naturalidade.

Segundo Durant (1986, p.130), “no modo de produção escravista, a deficiência era vista como inservível”, e algumas pessoas com deficiência passavam a viver sobre a proteção de poderoso patrício. Ainda na Antiguidade havia lugares com grande concentração de pessoas deficientes e eram usadas para mendigar ou como objeto de espetáculos circenses. A deficiência significava certo grau de impureza ou de pecado, onde se estabeleceu lei a respeito. O protestantismo procurou manter as concepções místicas como resposta às pessoas com deficiências, onde a compreensão, ainda fortemente no imaginário social, defendida por Vigotski, contribuiu para romper com o fatalismo da abordagem mística a respeito das

possibilidades da existência da pessoa com deficiência. Ainda nos séculos XVI e XVII a educação sistematizada das pessoas com deficiência se restringiu aos filhos da nobreza e da burguesia.

Logo em seguida, na metade do século XVIII, as primeiras instituições para oferecer educação especializada a pessoas com deficiência, como esforço da moderna sociedade. Com o tempo, esse modelo espalhou-se para praticamente todos os países do mundo, geralmente mantido por ações filantrópicas com o objetivo principal de recolhê-las e isolá-las do convívio social, pois para algumas pessoas elas atrapalhavam o desenvolvimento da nova sociedade baseada na homogeneização, orientada por uma lógica voltada à produção e o lucro. Surge, então, o assistencialismo, a filantropia e o voluntariado. Assim sendo, a exclusão da pessoa com deficiência, dava-se dentro de uma ótica onde a imperfeição era manifestação da natureza, alicerçada por uma filosofia humanista cristã.

Já no século XIX, a ciência, via medicina e psicologia, aponta na direção do tratamento, do controle e da prevenção. Surgem as escolas especiais e, apesar dos avanços tecnológicos e do aparecimento de equipes multidisciplinares, a segregação continua norteadas por uma visão quase que exclusivamente assistencialista. Também nessa época surgiu um modelo de institucionalização que passou a tratar as pessoas com deficiência de outra forma.

No século XX, a busca pela cidadania coloca a inclusão e a exclusão como objeto de polêmicas e debates. Discutir as questões da Educação Especial e da Educação Inclusiva atualmente é tarefa complexa, mas necessária. Foi por volta do século XX, com as críticas e as denúncias do paradigma da institucionalização contra as práticas que violavam os direitos do homem iniciou-se a inserção social das pessoas com deficiência sensorial, física e mental, que começaram a introduzir-se no mercado do trabalho. (ROSS, 2003, p. 19)

1.1 Entendendo o movimento da Inclusão

Em tempo de globalização e reestruturação produtiva, marcado por um processo de exclusão social, o Brasil está atravessando a implantação de uma profunda reforma educacional. As modificações na estrutura da educação brasileira acontecem no bojo da implantação de uma série de políticas sociais que visam estabelecer relações favoráveis às mudanças no padrão do Terceiro Mundo. A reforma educacional brasileira tem como marco importante a aprovação da nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. A educação ganha importância na nova conjuntura da era da globalização, porque o elevado grau de competitividade ampliou a demanda por conhecimentos científicos. Abre-se aí o conceito de Educação Especial, afirmando-se ser este tipo de

educação uma modalidade de educação escolar oferecida principalmente na rede regular de ensino, para educandos portadores de necessidades especiais.

Na verdade, o que a nova legislação brasileira propõe é uma educação especial com ênfase na inclusão, dando margem a que os sujeitos com necessidades especiais possam escolher entre serem encaminhados á escola regular ou ás instituições especializadas, agora com oferta de escolarização, conforme suas necessidades e desejo. (EFA, 2000, p.2)

É preciso lembrar que antes da Lei 93994/96 a educação inclusiva teve início nos Estados Unidos, através da Lei 94.142. A inclusão se caracteriza como uma política de justiça social que alcança pessoas com necessidades especiais, tomando-se o conceito mais amplo, que é o da Declaração de Salamanca (1994, p.17-18); solidificam-se metas do Congresso Mundial de Educação para Todos, realizado em 1990, na Tailândia, que previa a erradicação do analfabetismo e a universalização do Ensino Fundamental, acrescentando-se, na Espanha, os princípios norteadores da Educação Inclusiva.

Se por um lado a educação inclusiva enfatiza a qualidade de ensino para todos, por outro, a escola precisa, urgentemente, se reorganizar para dar conta da multiplicidade de questões de interesse educacional. Há um cruzamento entre o movimento da educação inclusiva e a busca de uma escola de qualidade para todos, que implica em propostas de modificações curriculares visando à implantação de programas mais adaptados às necessidades específicas das pessoas com necessidades especiais.

Nesse sentido, os sujeitos (do campo) inseridos vêm sendo acompanhados através de pesquisas longitudinais sobre sua rede de relações sociais, atividades de lazer, forma de participação na comunidade, satisfação pessoal. Afirma ESTAINBACK (1975, p.25):

O princípio fundamental desta **Linha de Ação** é que as escolas devem acolher **todas as crianças**, independente de suas condições físicas, intelectuais, sociais, emocionais, lingüísticas ou outras, devem acolher crianças com deficiência e crianças bem dotadas, crianças que vivem na rua e trabalham crianças de populações distantes ou nômades, crianças de minorias lingüísticas, étnicas e culturais e crianças de outros grupos ou zonas desfavorecidas ou marginalizadas.

Pois a escola inclusiva é o seu processo de adaptação, dos profissionais, dos currículos, dos procedimentos, das metodologias, avaliações, interações espaço, tempo, critérios e programas para a inclusão de todos em todos os seus graus, cujas características são diversificadas. No conjunto das ações desenvolvidas e que tem como consequência a educação inclusiva, podem-se constatar dois movimentos nascidos historicamente de maneiras distintas.

A educação inclusiva que vem sendo divulgada por meio da Educação Especial teve sua origem nos Estados Unidos, quando da Lei Pública 94.142, de 1975, resultado dos movimentos sociais, de pais de alunos com deficiência, e muitos educadores. A inclusão é vista como prática positiva. A solidariedade e a aceitação são valores importantes na relação humana.

A educação inclusiva é uma prática inovadora que está enfatizando a qualidade de ensino para todas as pessoas, exigindo que as escolas se modernizem e que os educadores aperfeiçoem suas práticas pedagógicas. É um novo paradigma que desafia o cotidiano escolar brasileiro. São barreiras a serem superadas por todos: profissionais da educação, comunidade, pais e alunos. E nós precisamos aprender mais sobre a diversidade humana a fim de compreender os modos diferenciados de cada ser humano ser, sentir, agir e pensar.

O atual modelo tem em seu bojo o paradoxo inclusivista: a pessoa com deficiência é como qualquer ser humano dotado de sentimentos, emoções, elaborações mentais. Sua deficiência é encarada como uma de suas múltiplas características e em sua individualidade deve ser concebida como sujeito de sua própria história. A pessoa com deficiência tem seus direitos assegurados por Lei, mas parcialmente observados na dinâmica cultural e social dos momentos atuais.

Nesse modelo de inclusão social ainda a ser constituído e, a partir da concepção histórica no sentido de democracia, é que surge uma mediação entre as relações autoritárias presentes em nossa sociedade e a busca de novos elementos que valorizem não mais os sujeitos como indivíduos, mas sim as diversidades culturais pelas especificidades das condições humanas. Quando falamos em inclusão não devemos deixar também de refletir sobre as condições desiguais que determinam os fatores de exclusão social de milhões de brasileiros. A legislação não permite nenhuma forma de discriminação ou preconceito.

A realidade de nossas cidades, porém, aponta para um alto índice de habitantes em condições de pobreza e desfavorecimento social, entre eles, encontram-se pessoas com deficiências que têm gerado infindáveis discussões, também a questão do campo. E como propósito abordará a inclusão das pessoas com necessidades escolas do campo.

1.2 Inclusão das pessoas com necessidades especiais nas escolas do campo

Antes de questionar a inclusão das pessoas com necessidades especiais nas escolas do campo, quero lembrar que me refiro a uma escola de assentamento. Ela nos coloca diante de muitos questionamentos. São poucos os educadores das escolas do campo que têm suporte para atender às necessidades especiais dessas pessoas. Pois a ocupação da escola é também uma das vivências sócio-culturais que participam do processo de formação do sem terra brasileiro. Ele tem a consciência da necessidade de aprender, então, a necessidade de estudar, no sentido de buscar conhecimento, mas também transformar-se enquanto pessoa, enquanto jeito de ser. A expressão “ocupação da escola” constitui-se de dois significados fundamentais: se for preciso ocupá-la é porque, tal como a terra, de que foram arrancadas as escolas, ela também é um direito negado aos sem terra, pela sua própria condição de trabalhadores do campo em uma sociedade cujo modelo de desenvolvimento preceda à escolarização do povo, especialmente desse que vive no campo.

Esse mesmo modelo também exclui o povo do campo de outros direitos sociais, entre eles o de ter acesso à escola. A maioria dessas pessoas tem um baixo nível de escolaridade e uma experiência pessoal de escola que não deseja para seus filhos. Então, há a inclusão ou a exclusão? Portanto, o diálogo entre as escolas do campo e os profissionais da educação que possuem conhecimento para o trabalho com crianças especiais deve ser mais aberto para que ambos possam compreender que incluir significa assumir responsabilidades e que o objetivo é complementar a escola comum e, sendo a escola local onde se privilegiam os valores culturais, dar continuidade da família e do mundo do qual elas provêm.

A escola não é só o lugar de estudo e esta é uma de suas tarefas formadoras específicas, embora muitos pensadores dissessem o contrário. A escola do campo não pode ser apenas a sala de aula ou o tempo de aulas, mas o lugar de atividades diversas vinculadas a diferentes matrizes formadoras do ser humano e multiplicidade de dimensões da formação humana. “A educação do campo pode ser para todos e não só para alguns **antes de mais nada**, tem a ver com conscientização.” (Freire, 2005, p, 42.)

A escola também precisa descobrir que ela pode possuir pessoas diferentes e isso é normal. E que para essas pessoas terá uma educação especial, isto é, primeiramente saber que a educação especial foi tradicionalmente concebida como destinada a atender os deficientes mentais, visuais, auditivos, físicos e motor, além daqueles que apresentarem

estaria inserido nessa modalidade de ensino alunos que possuem altas habilidades e super dotação.

A inclusão escolar tem por meta a educação especial, pela qual se atende a uma variedade e casos bem maiores; não estão envolvidos nela apenas os educandos que apresentam dificuldades de aprendizagem relacionadas a condições, disfunções, limitações e deficiências. Precisam ser incluídos também aqueles que têm, por exemplo, dislexia, problemas de atenção ou emocionais, de memória e os devido fatores sócio econômicos.

Olhando desse modo, pode-se dizer que toda sala de aula, por um motivo ou outro, é local de inclusão, mas tornando-se certas vezes exclusão. Ferreiro afirma (1980, p.19): “Os filhos do analfabetismo são alfabetizáveis; não constituem uma população com uma patologia específica que deve ser atendido por sistemas especializados de educação; eles têm direito a serem respeitados, enquanto sujeitos capazes de aprender.” Percebe-se que o analfabetismo e o fracasso escolar são problemas de dimensões sociais e não conseqüências de vontades individuais e apesar de a educação construir seu próprio conhecimento, no que se refere à alfabetização, cabe ao educador, principalmente com alunos com necessidades educativas especiais, organizar atividades que favoreçam a reflexão sobre a escrita.

Desta forma, o educador precisa desenvolver habilidades de respeito ao nível de desenvolvimento do educando, isto é, perceber seu aluno como sujeito ativo que vai construir através das interações sociais seu próprio conhecimento. Então, o desenvolvimento é fruto de uma grande influência das experiências do indivíduo, mas cada um dá diferentes significados a essas vivências. “O jeito de cada um aprender é individual, pois o aprendizado é essencial para o desenvolvimento humano e se dá sobre tudo pela iteração social.” (VIGOTSKI, 1984, p.21) Na escola inclusiva, a identidade se constrói com a valorização das qualidades como educando, pois o pensamento da criança é quantitativamente diferente do adulto.

Assim, pensando no processo de inclusão escolar vê-se que é um processo educacional que visa atender ao máximo a capacidade da criança com necessidades especiais na escola do campo e na classe regular, pois a inclusão é um processo constante que precisa ser continuamente revista no que diz respeito à definição das ações pedagógicas; a escola deve prever e promover suas prioridades, em termos de recursos humanos, materiais, prática curricular, garantindo sua competência institucional e seus parceiros neste projeto.

A defesa da Educação do Campo implica o comprometimento com um novo projeto de desenvolvimento para o campo. É importante assinalar que a luta “Por uma

sim, afirmar que é preciso “pensar a relação campo e cidade”, no contexto do modelo capitalista, afirma Arroyo (1983, p.187).

Priorizar a qualidade de ensino na escola do campo é um desafio que precisa ser assumido por todos, entendendo que a educação, por si só, não conseguirá resolver muitas questões, pois hoje se apresentam duas concepções de inserção de pessoas com necessidades especiais. A primeira delas entende a integração na escola do campo, baseada na no princípio de normalização e, a parte que compete à escola seria “abrir as portas” aos educandos com deficiência, oferecendo situações individualizadas de aprendizagem (sala especial, sala de recursos), cabendo a eles adaptar-se à estrutura existente. Na segunda concepção a escola representa a “base para o desenvolvimento pessoal, tornando-se determinante na melhoria significativa da igualdade de acesso às oportunidades de uma melhor qualidade de vida e a inclusão, que ao contrário da integração coloca na escola do campo a responsabilidade da inserção do educando. Ou seja, cabe à escola adaptar-se às particularidades e necessidades dos educandos. A escola tem que realizar as mudanças necessárias para atender a “todos” e promover discussões em torno de currículos, objetivos, práticas pedagógicas e avaliação.

Na inclusão há um estímulo ao trabalho cooperativo e uma ênfase na diversidade como fator para todo o grupo. “Por mais contestado que seja o movimento inclusivista, ele é irreversível e convoca a todos pela sua lógica, pela ética de seu posicionamento social.” (MANTOAN 2003, p.89) É preciso que a escola do campo respeite os educandos em sua individualidade, para não se condenar uma parte deles ao fracasso e às categorias especiais de ensino. A diversidade no meio social e, especialmente no âmbito escolar, é um fator determinante do enriquecimento das trocas, dos intercâmbios intelectuais, sociais e culturais que possam ocorrer entre sujeitos que neles interagem.

Nessa perspectiva, os desafios que as escolas do campo têm que enfrentar são inúmeros e, toda e qualquer investida no sentido de ministrar um ensino especializado no educando depende de se ultrapassar as condições atuais de estruturação do ensino escolar para pessoas com necessidades especiais. Em outras palavras, depende da fusão do ensino regular com o especial, para criar uma nova estrutura, na qual desaparecem elementos iniciais, tal qual eles são originariamente.

Assim sendo, instalar uma classe especial nas escolas do campo nada mais é do que uma justaposição de recursos, assim como o são os outros, que dispõem do mesmo modo. Construir a Educação do Campo significa formar educadores e educadoras do campo para diferentes espaços educativos. Se defendemos uma formação específica é porque

entendemos que parte desse ideário que estamos construindo é algo novo em nossa própria cultura.

A escola no projeto de Educação do Campo não pretende propor algum modelo pedagógico, mas, sim, coletivamente algumas referências para processos pedagógicos a serem desenvolvidos e que permitam que ela seja obra e identidade dos sujeitos que a ajudem formar com traços que norteiam o projeto político pedagógico da Educação do Campo. A escola precisa cumprir a sua vocação universal de ajudar no processo de humanização das pessoas, e com as tarefas específicas que pode assumir nesta perspectiva. Ao mesmo tempo estar atenta às mesmas particularidades dos processos sociais de seu tempo histórico e ajudar na formação de gerar trabalhadores e militantes sociais, respeitando a cultura camponesa e própria fase da vida em que se encontram os diferentes educandos.

Nesse contexto, a formação do pessoal envolvido com a Educação do Campo é de fundamental importância, assim como a assistência às famílias, enfim, uma sustentação aos que estão diretamente implicados com as mudanças e condições necessárias para que estas sejam impostas, mas imponham-se como resultado de uma consciência cada vez mais evoluída de educação e de desenvolvimento humano. Fica evidente que o processo de formação dos profissionais de ensino precisa urgentemente ser avaliado, bem como capacitar aqueles que já se encontram na força de trabalho; é o que trataremos a seguir.

CAPÍTULO II

REFORMA AGRÁRIA E EDUCAÇÃO DO CAMPO: REALIDADE OU UTOPIA?

Tomei como ponto de partida para o nosso estudo a inclusão das pessoas com necessidades educativas especiais em uma das escolas do campo no município de Rio Bonito do Iguaçu, localizada no Assentamento Ireno Alves dos Santos, que está no processo de democratização da terra, Reforma Agrária, que vem sendo desencadeada na região central do Estado do Paraná, pelo Movimento Sem Terra, num complexo de terras, da empresa Giacomet Marodim. O contexto envolvido constitui-se de um conjunto de municípios desta região, especialmente Rio Bonito do Iguaçu, que atualmente já conta com 1500 famílias assentadas. Esta história talhada com muitas tentativas de ocupações frustradas, algumas rearticuladas e outras desconhecidas, conta a conquista de uma primeira parte do grande latifúndio Giacomet, em 1997, onde se organizaram em dois acampamentos, um neste município, outro, em Saudade do Iguaçu, hoje com 1500 famílias assentadas, 11 escolas conquistadas nos dois assentamentos; Marcos Freire e Ireno Alves dos Santos, ambos no município de Rio Bonito do Iguaçu.

A luta se fortalece e continua. Em 1999, os esforços são retomados para que continuasse a distribuição do grande latifúndio considerado o maior latifúndio de terras do Paraná, a então conhecida e temida Giacomet. Desse processo como resultado da organização, em 12 de janeiro de 1999 deu-se início ao acampamento às margens da BR 158 entre Laranjeiras do Sul e Rio Bonito do Iguaçu. Com mudança conjuntural no Estado do Paraná, o MST volta a pressionar a antiga Giacomet, agora Araupel, ocupando mais uma parte da área, em Quedas do Iguaçu. Se por um lado muitas famílias reafirmaram-se na luta, outras desistiram diante das ameaças e pressões de fora, como também pelas dificuldades econômicas e de sobrevivência no acampamento, o que fez com que inúmeras famílias acabassem desistindo de um sonho, conquistar a terra.

Os sujeitos pesquisados são: educadores secretaria de educação e gestores do próprio assentamento, acompanhados pela organização municipal, local e estadual do MST. São educandos que fazem parte do MST e que vêm junto com seus pais em busca de um objetivo comum: construir uma sociedade justa, ter uma oportunidade para estudar, conquistar a terra e o direito de viver nela, e mais que isso, produzir nela alimentos para sua sobrevivência. Vindas de diversas realidades, das comunidades rurais empobrecidas, das

vida, chegam ao acampamento com uma série de necessidades: subnutrição, problemas de saúde e higiene, possuindo uma trajetória de exclusão do sistema educacional. São crianças e adolescentes abertos a novos aprendizados, embora já tenham feito várias tentativas de sobrevivência. Na luta de acampamento aprenderam a questionar e a reivindicar seus direitos.

Começam a construir sua nova identidade, as identidades Sem Terra. O sonho se torna coletivo, a busca é conjunta, a escola é perto, os educadores moram nos barracos e até mesmo acham uma forma de como chegar até eles. A possibilidade de mudar é possível. Aos poucos vão sentindo-se sujeitos de uma nova história que estão construindo, na medida em que participam do processo de luta e das atividades do Movimento. E entre esses sujeitos há muitos que têm necessidades especiais, e, por serem de escolas do campo, possibilita-nos tomar conhecimento de como está sendo a concepção dos educadores que ali atuam sobre a deficiência e a forma de como trabalham com os educandos, pois o princípio fundamental da educação inclusiva é que todas as pessoas devem ser incluídas em escolas comuns da comunidade.

Optamos em iniciar esta análise tomando um percurso histórico, pautando-a em duas questões: a primeira na vinculação entre Reforma Agrária e Educação do Campo, questão marcada com lutas massivas do povo Sem Terra¹², que enfrenta várias formas de dominação pelo latifúndio; a segunda, mas não desarticulada da primeira é, neste território ocupado que se faz necessária outra ocupação, a educação, a educação deste campo conquistado e neste caso a escola para os sujeitos desta luta e deste campo. Ocupou-se a terra para libertá-lo e da mesma forma, precisam ser ocupadas as escolas, ou forjarem-se em escolas livres para libertar o ser humano que nela ousam constituir-se referência na Educação do Campo. Por isso o vínculo, a relação necessária entre Reforma Agrária, Educação do Campo e a práxis educativa das escolas dos assentamentos, neste caso, os educando com necessidades educativas especiais.

É através do diálogo que o homem torna-se homem. A partir do diálogo, podemos despertar nos alunos de classes populares o desejo de se libertar da miséria e da opressão em que vivem e nos das classes populares economicamente mais altas o quanto são opressores. Educação do Campo: práticas de educação desenvolvidas no campo e ou pelos sujeitos do campo. Projeto de educação que reafirma com grande finalidade de ação educativa ajudar no desenvolvimento mais pleno do ser humano, na sua humanização e inserção crítica na dinâmica da sociedade de que faz parte. (CALDART, 2002 p.33)

As políticas adotadas para o campo, implementadas nas últimas décadas, principalmente no período da Ditadura Militar, estavam voltadas para um modelo de modernização que priorizava o desenvolvimento de tecnologias para grandes propriedades, o agronegócio². Nesse contexto, a agricultura camponesa era colocada cada vez mais à margem do processo de desenvolvimento, embora seja muito vasto o contingente de pessoas que nela sobrevivem. Segundo (CARVALHO, 2002, p.19):

A diversidade camponesa inclui desde os camponeses proprietários privados de terra aos posseiros de terras públicas e privadas, desde os camponeses que usufruem os recursos naturais, povo das florestas, os Agroextrativista, os ribeirinhos, os caçadores artesanais, lavradores, os catadores de caranguejos, as quebradeiras de coco de babaçu, ao açazeiro, os que usufruem os fundos de pastos até os arrendatários não capitalistas parceiros, os forneiros que usufruem a terra por ocasião, camponeses e quilombolas às parcelas dos povos indignas já assassinados, os serranos, os caboclos, os colonizadores assim como os povos das terras do Sul do Brasil e os novos camponeses resultantes dos Assentamentos de Reforma Agrária.

Com a ascensão dos movimentos sociais do campo provocada pelo acirramento dos problemas sociais, surge um novo debate sobre o processo de desenvolvimento do campo, pelo qual os sujeitos desse processo mobilizam-se na luta pelo direito a educação. O processo de organização e luta dos movimentos sociais trouxe à agenda nacional a problemática da Reforma Agrária, desde a concentração de terra e dos meios de produção. Junto a essa discussão surge também a preocupação com um novo modelo de desenvolvimento para o campo. Nesta perspectiva histórica, se colocam as lutas dos movimentos sociais do campo para construir um sistema de educação básica para esse espaço, articulado a um projeto de desenvolvimento. Pensar a Educação do Campo significa, primeiramente, reconhecer que ela não existe no campo enquanto projeto educativo de uma sociedade, bem como inexiste um projeto que considere o campo como um lugar de se viver e desenvolver-se enquanto sujeito desse mesmo espaço e de sua cultura.

Os movimentos sociais do campo, em especial o MST, têm, ao longo de sua caminhada (20 anos), descoberto e reafirmado a necessidade da educação na implantação de um projeto de Reforma Agrária na perspectiva do movimento.

² Agronegócio - é o nome fantasia escolhido para designar a nova onda de modernização conservadora do latifúndio brasileiro, comandado agora por grandes empresas para designar a nova onda de modernização multinacional, no bojo da terceira Revolução Verde". Modernização, porque introduz novas e modernas técnicas de cultivo-econômico, químicas e biológicas. Conservadora porque não altera em nada, antes aprofunda a concentração da terra, as relações sociais e a relação de trabalho. O é o aumento produção junto com a miséria, da exclusão social, do trabalho escravo e da degradação ambiental. (OLIVEIRA, 2003 p.32)

Este processo se apresenta em dois grandes momentos históricos: um primeiro momento (1984-1997), que tem como a principal marca, a luta pelas escolas nos assentamentos para atender às crianças dos primeiros anos de Ensino Fundamental, bem como a formação dos próprios educadores do próprio movimento para atuarem nesta realidade. E um segundo momento, a partir de 1997, com o Primeiro Encontro Nacional de Educadores e Educadoras de Reforma Agrária – ENERA, a partir do qual marcada, ampliada e articulada. O movimento tem feito lutas pela Educação do Campo, vinculado a um projeto popular para o Brasil. (CALDART, 2002, p.43)

2.1 Os desafios da escola do campo

Segundo o documento elaborado pelo grupo Permanente de Trabalho – GTP de Educação do Campo (2003), a escola no campo brasileiro surge tardiamente e não institucionalizada pelo Estado. Até as primeiras décadas do século XX, era destinada a uma minoria privilegiada; embora o Brasil fosse um país de origem e predominância eminentemente agrária, a Educação do Campo não foi sequer mencionada nos textos constitucionais até 1891.

Esse panorama condicionou a evolução da educação brasileira, nos deixando como herança um quadro de precariedade no funcionamento da escola do campo: em relação aos elementos humanos disponíveis para o trabalho pedagógico, a infra-estrutura e os espaços físicos inadequados, as escolas mal distribuídas geograficamente, a falta de condições de trabalho, salários defasados, ausência de uma formação inicial continuada adequada ao exercício docente no campo e uma organização curricular descontextualizada da vida dos povos do campo.

Embora os problemas da educação não estejam localizados apenas no meio rural, no campo a situação é mais grave, pois, além de não considerar a realidade socioambiental onde a escola esta inserida, esta foi tratada sistematicamente, pelo poder público, como políticas compensatórias. Essa concepção foi fortalecida a partir da primeira metade do século XX, com a gestão de um discurso urbanizador que enfatizava a fusão entre os dois espaços, urbano e rural, por acreditar que o desenvolvimento industrial, em curso no Brasil, faria desaparecer dentro de algumas décadas a sociedade rural, ou seja, o campo e uma divisão sociocultural a ser superada, e não mantida. (Quirino, Abraão, 1989, p, 26)

Um retrocesso na política educacional foi trazido pelo golpe militar de 1964, com o fechamento dos canais de participação e representação, impôs limites e controles aos segmentos populares e aos bens educacionais e sociais. A partir da metade dos anos de 1970, a sociedade começa reagir aos tempos de autoritarismo e repressão, os movimentos sociais assumem um caráter de luta pela democratização da sociedade, de conscientização popular e reivindicação de direitos, fazendo com que as diferentes iniciativas situadas no campo da educação popular começassem a ser pensadas dentro de uma análise crítica de sua relação com a educação escolar e da formação para o trabalho.

As mobilizações em torno do processo constituinte garantiram importantes conquistas populares e espaços de participação nas políticas públicas. No campo educacional, esse processo é acentuado com a discussão e aprovação da LDB, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB, Lei 9394 de dezembro de 1996), que propõe em seu artigo 28, medidas de adequação da escola à vida do campo, questão que não estava anteriormente contemplada em sua especificidade. No cenário da educação, movimentos políticos no campo brasileiro, como a Articulação Nacional por uma Educação do Campo, a experiência acumulada pela Pedagogia da Alternância, as pautas de reivindicações do movimento sindical dos trabalhadores rurais e o envolvimento dos mais diversos setores, além dos próprios movimentos sociais, fizeram com que fosse contemplada no corpo da legislação com referências específicas à Educação do Campo. Igualmente a força, o vigor e a participação de tais movimentos, articulados à sensibilidade presente no Conselho Nacional de Educação é que garantiram a aprovação pela Câmara de Educação Básica daquele colegiado, em 2002, das Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas Escolas do Campo (Resolução CNE/CEB n.1, de 3 de abril de 2002), uma reivindicação histórica dos povos do campo, significando um primeiro passo no sentido de resgatar uma dívida com este setor.

Em 2003, as discussões sobre o campo brasileiro são retomadas em novas bases governamentais. O governo Lula começa elaborar o Plano Plurianual para implantar uma política capaz de priorizar a reforma agrária, o desenvolvimento da agricultura familiar e a educação como instrumentos indispensáveis de inclusão social. Como parte da política de revalorização do campo, a educação também é entendida no âmbito governamental como uma ação estratégica para emancipação e cidadania de todos os sujeitos que ali vivem ou trabalham, e podem colaborar com a formação das crianças, jovens e adultos para o desenvolvimento sustentável regional e nacional. De acordo com esses pensamentos e, após receber diferentes movimentos sociais preocupados com a Educação do Campo, em 2003, o Ministério da Educação institui pela portaria n.1374 de 03/06/03, um Grupo Permanente de

Trabalho com a atribuição de articular as ações do Ministério pertinentes à Educação do Campo, divulgar, debater e esclarecer as Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas Escolas do Campo a serem observadas nos projetos das instituições que integram os diversos sistemas de estabelecidas na Resolução – CEB n.1, de 3 de abril de 2002, e apoiar a realização de seminários nacionais e estaduais para implantação dessas ações.

Esse grupo formado por uma ampla composição institucional no âmbito do Ministério da Educação e com a efetiva participação de representantes de outros órgãos de governo, de organizações e instituições da sociedade civil que atuam na área de Educação do Campo, assume uma agenda de trabalho para discutir e subsidiar a construção de uma política de educação que respeite a diversidade cultural e as diferentes experiências de educação em desenvolvimento nas cinco regiões do país.

A luta pela Educação do Campo, na perspectiva dos movimentos sociais, traz em seu bojo um projeto de emancipação humana, projeto esse que fica comprometido pela inexistência de um sistema de educação básica que atenda o campo, da mesma forma a inexistência de um projeto de desenvolvimento para o que compromete a educação dos povos do campo. Se por um lado a escolarização brasileira tem sido ampliada e universalizada de forma significativa nos últimos anos, ao mesmo tempo têm-se restringido as possibilidades de projetos educativos para atender às diversidades. As “Escolas Rurais Isoladas” e multisseriadas foram e continuam sendo fechadas, como se fossem responsáveis pelo fracasso escolar.

A nuclearização das escolas para a cidade tem sido apresentada e prometida como a cura da educação. Este projeto tem levado adolescentes e jovens do campo, de muitos lugares, a viajarem com o transporte escolar em aos que resistem no campo, restam poucos adolescentes e jovens do mundo do trabalho e do próprio campo. A educação tem como finalidade principal a humanização das pessoas e a escola continua sendo o lugar privilegiado de formação humana para garantir o vínculo entre direito à educação e à escola, como qualidade necessária para tal projeto de humanização. É necessário que a escola organize seu currículo prevendo esta dimensão e principalmente esteja atenta com a política de inclusão escolar, preparando seus espaços educacionais para que todos esses educandos possam aprender juntos, independente da necessidade da utilização de diferentes alternativas metodológicas.

Portanto, a Educação do Campo identifica uma luta pelo direito de todos à educação, e a uma educação no e do campo, isto é, o povo tem direito a ser educado no lugar onde vive, e uma educação pensada desde seu lugar e com a sua participação, vinculada à sua

cultura e às suas necessidades humanas e sociais. (CALDART, p.26,2002) Pois construir a Educação do Campo passa necessariamente pelo entendimento de que a educação deve possibilitar a reflexão a partir do lugar onde se vive, com o intuito de que se reconheça à construção de uma identidade cultural e de um sentimento de pertença, condição fundamental para a formação humana e de uma vida crítica de mundo.

A Educação do Campo se faz no diálogo entre seus diferentes sujeitos. O campo tem diferentes sujeitos e estes estão ligados de alguma forma a uma organização popular, outros não. Pois pensa o campo e sua gente desde seu modo de vida até seus conflitos, com uma visão de espaços que têm suas particularidades e que ao mesmo tempo tem um campo de possibilidades da relação dos seres humanos com a produção das condições de existência social, procura romper com a alienação territorial, construindo conhecimentos a partir da relação local-global, identifica a construção de um projeto educativo. Claro, pois é possível pensar na escola como lugar de formação humana que tenha o movimento como princípio educativo. Precisamos construir uma escola que ligue as práticas pedagógicas às práticas sociais, sendo assim a escola do campo será mais que escola, terá identidade própria, tendo como sujeitos da educação os educadores e as educadoras, com os quais também a identificam. É um componente educativo dos movimentos sociais e vai mudando a auto-imagem das classes trabalhadoras em relação ao clientelismo político. Um direito instituído e permanente na mesma mediada por conflitividade da correlação de forças, ou seja, às vezes avança ou recua com todas as contradições que estão aí. O camponês deve entender que a Educação do Campo é um direito. A Educação do Campo vem para mostrar a centralidade que é o sujeito, por isso, deve discutir sua concepção, pois ela não tem uma proposta de organização do trabalho pedagógico, ela vem construindo um conjunto de reflexões. Ela não está planejada para ensinar tudo a todos. A Educação do Campo não está restrita a um espaço geográfico, mas a um projeto, a uma concepção de um projeto político pedagógico pensado em uma forma de desenvolvimento e de uma articulação com a educação. Pensar uma educação gestada e controlada pelo poder popular, na qual a relação do povo com sua participação efetiva na construção de uma nova escola voltada pública e popular, pois o capitalismo não se importa em estender uma escola para todos (escola democrática), não permite a mudança de sua função social (escola popular), mesmo sabendo que essa escola pública popular não é aquela que todos têm acesso.

Portanto, a Reforma Agrária bem como a Educação do Campo são conquistas de uma luta coletiva que não acontece de imediato, isto é, uma realidade que ao longo de uma caminhada vem demonstrando que há lugar para a educação. “Educação essa

preocupada com a formação humana e o movimento da história.” (CALDART, 2002 p.121)
Pois a mesma se dá pelo espaço em que está inserida, bem como associada às próprias relações sociais, rede de ensino (conhecimento sistematizado).

CAPÍTULO III

A EDUCAÇÃO ESPECIAL EM RIO BONITO DO IGUAÇU

O Município de Rio Bonito do Iguaçu possui um dos maiores assentamentos da América Latina e vem procurando estruturar-se para atender da melhor forma possível sua população, no aspecto social, econômico, educacional e cultural. Porém, esta não tem sido uma tarefa fácil, considerando que as famílias, na sua maioria, são de poder aquisitivo muito baixo e quase que totalmente dependentes do poder público. Dentre essas dificuldades estão aquelas ligadas à educação.

A Secretaria Municipal de Educação elaborou no ano de 2006, em conjunto com os educadores, um caderno específico para a Educação Especial, considerando toda a diversidade presente no contexto social escolar. O atendimento educacional aos educandos com necessidades especiais do município vem sendo orientado e realizado de acordo com a legislação vigente, Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB – nº. 9394/96, cap.V, art.58, 59 e 60 e Diretrizes Nacionais para Educação Especial na Educação Básica, parecer nº.17/01/2004.

Segundo “Caminhos da Escrita de Educadoras e Educadores de Rio Bonito do Iguaçu” (2006, p 14), entende-se por Educação Especial a modalidade de educação escolar que assegura um conjunto de recursos, apoios e serviços educacionais especiais, organizados para apoiar, complementar e suplementar e, em alguns casos, substituir serviços educacionais comuns, de modo a garantir a educação escolar e promover o desenvolvimento das potencialidades dos educandos que apresentam necessidades educacionais especiais.

Até 1997, os alunos do Município que necessitavam de atendimento especializado na área mental eram atendidos em Classe Especial, Centro de Atendimento Especializado para Deficientes Visuais – CAEDV, no Centro de Atendimento para Surdos – CAES, e os alunos da Escola Especial – APAE. Frequentavam essas modalidades nas escolas da rede municipal e na Escola Especial – APAE do Município de Laranjeiras do Sul. Todos faziam uso do transporte escolar municipal. Como a população é eminentemente do campo e as escolas ficam localizadas em comunidades distantes da sede do município, estas precisam estar estruturadas para atender a todas as modalidades de ensino possível, dando à criança, ao adolescente e ao adulto a possibilidade de terem seus direitos respeitados e sua escolarização

garantida. Entre estes, estão aqueles que apresentam necessidades especiais. A partir dessas situações presentes, a Secretaria Municipal de Educação solicitou autorização para funcionamento de Classes Especiais.

A primeira Classe Especial do município teve seu início de funcionamento em 07/08/1998, pela Resolução nº.2707/98, na Escola Municipal de Rio Bonito do Iguaçu, que passou a atender os educandos da sede e interior do município. Em 1997, com a ocupação dos trabalhadores rurais do Movimento Sem Terra, o número da população triplicou e, conseqüentemente, o número de educandos com necessidades especiais também aumentou. Assim foi necessária a criação de novas classes especiais para atendimento de educandos na área de deficiência mental, centro de atendimentos especializados nas áreas de deficiência visual e auditiva, bem como o atendimento para educandos com distúrbio de aprendizagem, estes atendidos em sala de recursos.

Os educandos com necessidades especiais mais acentuadas eram atendidos na Escola Especial Nosso Cantinho – APAE de Laranjeiras do Sul, até o primeiro semestre do ano de 2000; porém, com o crescente número de educandos e a localização distante, o acesso era muito dificultado, impossibilitando o atendimento/frequência da maioria dos alunos. Surgiu então a necessidade da criação de uma Escola Especial para atender a demanda de educandos e também com a finalidade de respeitar os seus direitos, como prevê a LDB (2004), em seu Art.58, §2º: “O atendimento educacional será feito em classes, escolas ou serviços especializados, sempre que em função das condições específicas dos alunos, não possível a sua integração nas classes comuns do ensino regular.”

Organizou-se, então, um Conselho de pais e, juntamente com o apoio da Prefeitura Municipal e Secretaria Municipal de Educação, discutiu-se a possibilidade de fundar uma escola de educação especial no município. Segundo os dados levantados e discussão feita, realizou-se no dia 29/03/2000 uma Assembléia Geral para a criação da APAE de Rio Bonito do Iguaçu. No mesmo ato votou-se pelo nome da escola, que ficou denominada como Escola Especial Cantinho Feliz.

Atualmente, o atendimento especializado às pessoas que apresentam necessidades especiais no Município de Rio Bonito do Iguaçu está organizado nas seguintes áreas: deficiência mental, deficiência física, deficiência visual, condutas típicas de síndromes e quadros psicológicos, neurológicos e psiquiátricos e surdez. Estes serviços são ofertados na

rede municipal, estadual e na rede conveniada. A tabela seguinte mostra o crescente aumento dos atendimentos especializados.

Alunos atendidos na modalidade de Educação Especial - 2000

Classe Especial - N° de turmas	Sala de Recurso da Rede Municipal	Sala de Recurso da Rede Estadual	Escola Especial	CAEDV	CAES
01	00	00	01	01	01
N° de alunos 14	N° de alunos 00	N° de alunos 00	N° de alunos 36	N° de alunos 02	N° de alunos 01

2006

Classe Especial N° de turmas	Sala de Recursos	Sala de Recurso da Rede Estadual	Escola Especial em 2006	CAEDV	CAES
05	06	01		01	01
N° de alunos 50	N° de alunos 45	N° de alunos 25	N° de alunos 70	N° de alunos 05	N° de alunos 13

Fonte: Dados de arquivo Secretaria Municipal de Educação – Escolas Estaduais e Escola Especial – ano de 2006.

Estabelecimento de Ensino da Rede Municipal

Estabelecimento de Ensino	Classes Especiais	Salas de Recursos	CAEDV	CAES
Esc. Mun. Rio Bonito do Iguçu	01	01	01	01
Esc. Rural Mun. Chico Mendes	01	01		
Esc. Rural Mun. Herbert Souza	01	01		
Esc. Rural Mun. Paulo Freire	01	01		
Esc. R. Mun. Vanderlei Neves	01	01		
Esc. Rural Mun. Alfredo Rosa	01	01		

Fonte: Dados de arquivo da Secretaria Municipal de Educação – 2006.

O processo de construção da inclusão deve ser pensado por todos e para todos. A escola inclusiva precisa reconhecer e responder às diversas dificuldades de seus alunos, assegurando uma educação de qualidade, mediante currículos apropriados, modificações organizacionais, estratégias de ensino, recursos e parcerias com a comunidade, pois de acordo com Aranha (2004,14):

Uma escola somente poderá ser considerada inclusiva quando estiver organizada para favorecer cada educando, independente da etnia, sexo, idade, deficiência, condições sociais ou qualquer outra situação. Um ensino significativo é aquele Garante o acesso ao conjunto sistematizado de conhecimentos com recursos a serem mobilizados.

A rede municipal de ensino, conta atualmente com vinte e dois alunos inseridos no Ensino Fundamental de Educação de Jovens e Adultos - EJA. Entre eles, há os que apresentam comprometimento visual, surdez, área mental e deficiência física/neuromotora. É importante ressaltar que a maioria desses jovens é oriunda da Escola Especial e de Classe Especial. Todos freqüentam regularmente o Ensino Regular, com apoio pedagógico especializado paralelo em Sala de Recurso, Centro de Apoio Especializado para Surdos – CAES, Centro de Atendimento Especializado para Deficientes Auditivos - CAEDV e atendimento fisioterápico e psicológico na APAE e Secretaria Municipal de Saúde, de acordo com as suas necessidades específicas.

A reorganização escolar em ciclos de formação possibilita a vivência de novas práticas pedagógicas que garantem o que preconiza a LDB 9394/96 em seu artigo 2º, ao dizer que “a educação tem por finalidade o pleno desenvolvimento do educando.” Nessa proposta, apoiamo-nos no Princípio 7 da Declaração de Salamanca, que diz:

O princípio fundamental que rege as escolas integradoras é o de que todas as crianças devem aprender juntas, sempre que possível independente de quais quer dificuldades iguais ou diferentes que elas possam ter. Escolas inclusivas devem reconhecer e responder às necessidades diversas de seus alunos, acomodando ambos, os estilos e ritmos de aprendizagem e assegurando uma educação de qualidade e ritmos a todos através de um currículo apropriado, arranjos organizacionais, estratégias de ensino, uso de recurso e parceria com as comunidades, na verdade deveriam existir serviços de apoio proporcional ao contínuo de necessidades especiais encontradas dentro da escola. (UNESCO, MEC, 1994, p.20)

Trabalhando com o paradigma da diferença, as políticas da Secretaria de Educação efetivaram movimentos diversos, desde a inclusão no ensino regular, passando pela garantia das Classes Especiais, para educandos com dificuldades acentuadas de aprendizagem, Salas de Recursos e os Centros de Apoio Especializados para Surdos – CAES e para os deficientes visuais o CAEDV, bem como a garantia da formação continuada para profissionais da educação. O ingresso desses educandos com necessidades especiais para Sala de Recursos ou Classes Especiais se dá mediante a avaliação do contexto. O atendimento para deficiência visual é ofertado nos estabelecimentos de ensino regular para Educação Infantil, Ensino Fundamental, Ensino Médio e Educação de Jovens e Adultos. As atividades são desenvolvidas com atendimento por cronograma, de acordo com as áreas de e necessidades dos educandos, duas a três vezes por semana, no horário contrário do ensino regular.

O trabalho de itinerância é realizado pelo profissional surdo denominado instrutor, que atua em serviços especializados, desenvolvendo atividades relacionadas ao ensino e à difusão de LIBRAS e de aspectos socioculturais na área de surdez na comunidade escolar. Juntamente há uma educadora com graduação em Pedagogia, Pós-Graduação e Estudos Adicionais na área de deficiência auditiva, com domínio de Língua Brasileira de Sinais que faz itinerância também.

Nesse contexto, a formação do pessoal envolvido com a educação inclusiva é de fundamental importância, assim como a assistência às famílias. Enfim, uma sustentação aos que estarão diretamente implicados com as mudanças e condições necessárias para que essas não sejam impostas, mas imponham-se como resultados de uma consciência cada vez mais evoluída de educação e de desenvolvimento humana. (Caminhos da Escrita de Educadores e educadoras de Rio Bonito do Iguaçu, 2006, p.19)

3.1 A pesquisa

Este tópico apresenta a opção metodológica da pesquisa, caracterizada como pesquisa bibliográfica e de campo. Analisa alguns aspectos essenciais a essa estratégia de investigação.

3.2 O contexto pesquisado

A pesquisa foi realizada em uma escola da rede pública municipal, Escola Rural Municipal Herbert de Souza Ensino de Educação Infantil, Fundamental, Educação Especial e Educação de Jovens e Adultos. Situa-se com sede e fórum na comunidade de Centro Novo, Assentamento Marcos Freire, município de Rio Bonito do Iguaçu, Estado do Paraná, vinculada à Secretaria Municipal de Educação Cultura e Esportes, tendo como mantenedora a prefeitura deste município, situada à Rua Sete de Setembro, nº 720.

O estabelecimento de ensino conta com corpo técnico e administrativo, com aperfeiçoamento em cursos, seminários, palestras, grupos de estudos, reuniões no decorrer do ano visando sempre habilitar a todos para que no dia-a-dia desenvolvam suas metas com mais facilidade. Compõem-se de 17 educadores com formação superior sem experiência em Educação Especial, 6 pessoas nos serviços gerais, 1 diretora e 1 coordenadora pedagógica. Também possui Conselho Escolar e conta com uma Associação de Pais Mestres e Funcionários (APMF). O estabelecimento possui uma ótima estrutura com 8 salas de aula, 1

refeitório, 1 biblioteca, banheiros, diversas secretarias e um bom espaço físico, mas sem nenhuma adaptação para educandos com necessidades especiais.

A escola tem a missão de preparar o educando para que possa ter uma visão de mundo, de sociedade e de conhecimento. E como objetivo principal preparar o educando para desenvolver suas capacidades e responsabilidades, buscando o bem-estar próprio e coletivo capazes de atuar com competência e dignidade na sociedade. Trabalha na linha do construtivismo socio-interacionista, cujo foco é o conhecimento como representação da realidade, sob as linhas filosóficas de Piaget, Emília Ferreiro, Piaget e Vygotski. Os educadores contam com o apoio da orientadora educacional da própria escola, psicóloga e fonoaudióloga da Secretaria Municipal de educação que implementam a Proposta Pedagógica voltada para o campo e para atender às pessoas com necessidades especiais.

3.3 Os sujeitos pesquisados

Os participantes da pesquisa foram escolhidos considerando o fato de serem educadores que trabalham em escola regulares no campo com proposta de inclusão. Dos educadores entrevistados, dois são graduados em Educação Especial e outro graduado em Pedagogia, possuindo mais de cinco anos de atuação no magistério e no máximo dois anos de experiência em Educação Especial.

Por se tratar de uma análise a qual seus participantes contribuíram com aspectos pessoais e profissionais de sua vida, é importante salientar que seus nomes foram preservados, apenas as suas condições serão expostas para uma maior compreensão dos dados.

Quadro 1 - Identificação dos educadores

Educador	Formação	Turma	Nº de educandos	Nº educandos inseridos com Nec. Especiais
01	Pós-graduado em Educação Especial	3ª série do ens. Fundamental	34	03
01	Pedagogia	4ª série do ens. fundamental	35	02
01	Pós-graduado em Educação Especial	2ª série do ens. Fundamental	29	04

Os educandos inclusos nessas salas de aula possuem deficiência mental e auditiva, todos vindos do ensino regular após passar por uma avaliação psico-pedagógica.

3.4 A METODOLOGIA

A metodologia utilizada constituiu-se na aplicação de entrevista junto aos educadores do Ensino Fundamental de 1ª a 4ª série que trabalham com educandos que possuem necessidades especiais inseridos em sala de aula, na escola do campo, bem como estudo documentário da própria escola e da Secretaria Municipal de Educação. A entrevista aplicada foi a padronizada, com roteiro previamente estabelecido. A opção pela realização de entrevista com os educadores foi para possibilitar um relacionamento mais próximo entre entrevistador e entrevistados.

As entrevistas foram organizadas com roteiro prévio, com depoimentos que comunicassem seus sentimentos frente à inclusão; todas foram realizadas na escola. Procurou-se também compreender como se dá a relação educando-família, educando-educador e educando-educando, verificando o que tem dado certo na escola, quais as dificuldades encontradas frente a esse novo paradigma e qual a concepção de deficiência que os educadores possuem.

O roteiro da entrevista foi flexível, permitindo que cada um expressasse livremente as experiências já vividas frente aos educandos com necessidades especiais.

A análise dos dados obtidos foi qualitativa, considera o discurso do educador que manifesta suas experiências, o viver, os conflitos na vida cotidiana.

CAPÍTULO IV

ANÁLISE E INTERPRETAÇÃO DE DADOS

Este tópico apresenta a análise do discurso dos educadores e revela os aspectos práticos da relação, interação e convivência familiar, social e escolar e, principalmente a discussão sobre a prática pedagógica diante da inclusão. Na análise do discurso, vários sentimentos foram relatados pelos educadores, como mostram os itens abaixo.

1 - O que você entende por Inclusão?

E 1 Inclusão é a garantia de um trabalho igual a todos, onde a criança que possui uma necessidade especial precisa de uma atenção maior em seu desenvolvimento. Estuda em uma sala de aula com alunos normais.

E 2 É a garantia de igualdade onde a criança que possui uma necessidade especial precisa de uma atenção maior em seu desenvolvimento. Estuda em uma sala de aula com alunos normais e recebe atendimentos de acordo com suas necessidades.

E 3 Inclusão para mim é um processo pelo qual passam alunos portadores de necessidades especiais, quando estes retornam ao ensino regular após passarem pelo ensino especial. A inclusão não está direcionada única e exclusivamente ao aluno portador de necessidades especiais, mas aos diferentes alunos de diferentes culturas que estão na escola e precisam ser inclusos.

As falas apresentam um conceito muito claro do que é a inclusão e o que ela exige do educador para que venha acontecer na realidade. E é claro o processo de mudança somente acontecerá a partir do momento em que estivermos cientes da nossa responsabilidade com todos os educandos.

Analisando as falas dos educadores, vemos que eles pressupõem que antes da inclusão o educando passe pela educação especial, e que a inclusão é um processo. E por ser assim, é necessário o conhecimento de esferas onde os indivíduos estão colocados, de modo a entender a totalidade dos contextos.

Percebe-se que se há a garantia de igualdade a todos os educandos, dessa maneira, há que se tomar cuidado para que não se continue a reproduzir o que se passa agora,

que é a reprodução de conhecimento, que por trás retrata a exclusão e a fragmentação da própria formação do educador.

2- Quem deve ser incluído?

E 1 Aqueles alunos que conseguem se desenvolver de acordo com a turma inserida.

E 2 Todos aqueles que conseguem se desenvolver de acordo com seus ritmos. Em se tratando de alunos especiais conforme a LDB art. 58.

E 3 Em se tratando de alunos especiais, a lei garante o direito a todos, ser atendido preferencialmente na rede regular de ensino.

Como já sabemos, a educação inclusiva coloca como meta para todas as escolas, o sucesso de todas as crianças independente de seu nível de desenvolvimento. Devendo ser incluídos todos os educandos enquanto sujeitos de direito, com participação no relacionamento livre de preconceito e discriminação em ambiente acessível para que realmente todos participem das atividades escolares, com um currículo aberto e flexível. Estar na escola participando, aprendendo e se desenvolvendo, pois a escola não se limita apenas à população dos portadores de necessidades educacionais especiais. A inclusão educacional não envolve somente essas pessoas, mas sim todos aqueles em que se visa construir uma sociedade justa e mais humana.

3- Como você desenvolve seu trabalho com esses educandos?

E 1 De acordo com seu desenvolvimento, inclusive de maneira diferenciada para alguns educandos que não conseguem acompanhar a sala.

E 2 Como tenho duas alunas inclusas e dois alunos de sala de recurso trabalho com as dificuldades da criança, com atividades diferenciadas.

E 3 A sala é organizada de maneira com a atividade a ser desenvolvida.

Não há receita para seguirmos, devemos buscar estratégias metodológicas que favoreçam as respostas dos educandos iniciando pelo próprio ambiente em sala de aula. O ensinar e aprender passam a ser aquele conjunto que alavanca o processo de compreensão e apropriação, de descoberta e de contextualização. Ao fazer-se como ponte, como mediação, o ensino constitui-se enquanto transmissão de externa do educador aos educandos.

4 - Como você organiza o tempo e espaço em sala de aula?

E 1 A sala de aula é organizada de acordo com a atividade e o espaço, digo tempo também.

E 2 Organizo o espaço de acordo com as atividades a serem desenvolvidas. O tempo é organizado através de uma rotina semanal.

E 3 Na realidade cada aluno exige do professor práticas pedagógicas e tempos de relação interpessoais diferenciados queira ou não.

Na realidade cada aluno exige do professor práticas pedagógicas e tempos de relação interpessoal diferenciadas queira ou não. A escola precisa se reorganizar para dar conta da multiplicidade de questões inerentes ao trabalho educativo, principalmente na organização do tempo e espaço na vida do educando. Somente a partir de uma profunda revisão é que será possível ultrapassar os preceitos que acabam gerando a exclusão.

5 – Quanto à relação dos conteúdos, como você trabalha?

E 1 Cada ano percebo como professora que devo orientar meus alunos, em formação como ser humano e os conteúdos devem ser úteis em sua vida.

E 2 Procuo trabalhar os conteúdos e sua relação com a vida prática, sanar as dificuldades de leitura e interpretação.

E 3 Considero bom. A cada ano que percebo que como professora devo orientar meus alunos principalmente na formação como pessoa e conteúdos úteis em suas vidas.

É, mas nem todas as escolas têm autonomia para adaptar seu currículo. Ele precisa passar por mãos de pessoas que não conhecem a realidade de cada instituição para ser aprovado. Percebemos que cada ato ou papel assumido pelo educador só será compreendido dentro de uma determinada situação, o que se verifica a partir da totalidade como ação indissociável. Essa postura nos leva a entender que será pelo confronto de idéias e posições que se pode perceber a situação como um todo e, assim, se construir alternativas possíveis de significação e ressignificação para o grupo.

6 – quais os seus sentimentos frente a esse desafio da inclusão?

E 1 Houve certo ano que trabalhei com um aluno deficiente auditivo. Precisei estudar, pois não sabia me comunicar com ele. Acho desafiante, estou fazendo o curso de inclusão, mas ainda não me sinto preparada para alguns casos de inclusão. Isso requer mais conhecimento.

E 2 Às vezes me sinto sem saber para onde ir, pois a criança também tem o seu limite e devo respeitá-lo. Inclusão não significa colocar o aluno em sala regular, este aluno precisa aprender também e é a í que mora a dificuldade, pois muitas vezes não consigo dar o atendimento

individual que a criança precisa, pois tenho outros 27 para atender. Isso se a sociedade for realmente democrática, se ela for radical e ela democratizar o saber.

E 3 Esperamos que a inclusão aconteça, agora como vamos trabalhar diferente é o que devemos discutir melhor.

Percebe-se que com a dissociação entre o pensar e o fazer e tendo o educador que improvisar, muitas vezes, por falta de material e apoio pedagógico, evidencia-se uma desarticulação entre esse planejamento e a prática pedagógica. A ausência de uma visão política pelo conjunto de professores que atuam nestas escolas tem impedido de tornar as aulas mais produtivas, pois no campo há sempre muitas curiosidades que podem ser motivadas para as aulas. O processo de inclusão depende das possibilidades do indivíduo e, em grande parte, da adaptação das instituições a essas possibilidades.

7 – Esses educandos freqüentam sala de recurso?

Todos responderam que sim.

São educandos que se diferenciam por seus ritmos de aprendizagem, uns mais lentos outros mais acelerados. Enfim, são pessoas que em situação de aprendizagem escolar necessitam de adaptações nas condições materiais de ensino, pois sem elas a permanência na escola não terá qualquer significado, já que não poderão compartilhar os resultados de suas aprendizagens.

8 – Qual o apoio recebido através da escola nessa política de inclusão?

E 1 A escola apóia em todos os sentidos, principalmente com materiais pedagógico diferenciados. A equipe procura estar junto no momento de compartilhar e sanar dúvidas e problemas.

E 2 A supervisora e diretora estão sempre perguntando se necessita de ajuda e dão apoio quando precisa.

E 3 A escola ajuda conforme o pouco conhecimento que tem. Tudo se tenta fazer na educação.

Percebe-se que a escola tem se mostrado uma instituição ímpar frente à inclusão. Embora não sendo única, ela tem ocupado posição central na sociedade, assumindo uma centralidade que a tem levado a formação de novos valores da sociedade, isto é, voltado

para a construção da cidadania. A inclusão exige que a escola se modernize e que os professores aperfeiçoem suas práticas pedagógicas.

9 – Qual a sua concepção de deficiência e a forma como trabalha com educandos especiais?

E 1 Eu penso que todos têm alguma deficiência, pois não sou perfeito, eu mesma possuo problemas de visão e considero uma deficiência. Algumas possuem uma deficiência mais visível, ao qual necessita de atendimento especial.

E 2 Considero que devemos trabalhar com educandos especiais de maneira normal, dando atenção as suas necessidades, mas sem preconceito ou distinção, pois a inclusão deve ser vista de maneira clara com igualdade, sem restrição.

E 3 Todos somos especiais. E temos de encarar, está em nossas mãos. Tentar nunca é demais.

Acredito que conforme a necessidade especial da criança é que o trabalho deve ser direcionado, procurando sempre fazer as adaptações necessárias para que este educando sinta-se parte de um grupo e que consiga aprender dentro da sua limitação. Temos concepção de deficiência, estamos nos capacitando. Se não conseguimos desenvolver nosso trabalho corretamente é sinal que estamos falhando em algum lugar.

10 – Qual a sua formação?

Todos os educadores têm Curso Normal Superior, Graduação em Pedagogia com habilitação em Orientação Educacional e Pós-Graduação em Educação Especial.

A formação do educador deve dar ênfase à investigação e ao questionamento suscitado pela articulação entre teoria e prática, cujo movimento ação-reflexão traduz-se em transformações que avancem na direção de melhores formas de compreensão e na busca de soluções para os problemas encontrados no cotidiano escolar, marcado pela imprevisibilidade, pois a Educação Especial não tem um fim em si mesma, mas é resultado de uma sociedade excludente, em que outros argumentos estão envolvidos.

Quando um professor sem formação especial recebe um educando com necessidades especiais para trabalhar em sua sala de aula, o recebe, na maioria das vezes, sob pressão social e sofre com seus sentimentos de impotência e desamparo, pois o educador não pode dizer que “não atenderá esse aluno”.

As respostas obtidas através da entrevista com os educadores revelam na íntegra que para atender à diversidade, há necessidade de “adaptações” do currículo regular, envolvendo modificações organizativas, nos objetivos e conteúdos, nas metodologias e na organização didática, na temporalidade e na filosofia e estratégias de avaliação, bem como uma rede de serviços e de recursos centrada no indivíduo, ao passo que a inclusão requer um sistema de suportes, uma rede de apoio, caracterizando uma intervenção no próprio sistema, permitindo o atendimento às necessidades educativas de todos, em relação à construção do conhecimento.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Considera-se a partir dos dados coletados que os educadores têm uma concepção de deficiência, e também precisamos de uma atenção especial até mesmo em nossa formação; estamos na mesma linha norteadora para trabalharmos com pessoas com necessidades especiais.

Na visão inclusiva dos educadores, necessitamos nos adequar ao educando, mas a escola do campo deve direcionar um currículo requerendo adaptações como forma de atender às suas especificidades, diminuir o número de educandos nas salas de aula para dar um atendimento melhor à pessoa especial, a fim de favorecer a inclusão.

Quanto à Educação do Campo, os educadores estão preocupados em caminhar em direção às mudanças necessárias a partir de uma análise crítica da estrutura atual dos sistemas de ensino e da própria Secretaria de Educação, pois os sujeitos do campo precisam participar de uma escola que faça a diferença e que tenha sentido futuramente para seus filhos. Constata-se um número significativo de alunos com problemas de aprendizagem, que na maioria das vezes não são atendidos nas suas reais necessidades. Muitos dos problemas encontrados se distanciam da formação dos educadores e da prática pedagógica, que podem levar à tomada de intervenções incompatíveis com as necessidades educacionais dos educandos, e, por conseguinte eles não alcançam os resultados esperados na aprendizagem e isso dificulta o processo de inclusão.

Vygotsky nos dá uma pista sobre o papel da ação do docente: “O educador é o mediador da aprendizagem do educando, facilitando-lhe a apropriação dos diferentes instrumentos culturais.” A função da escola é fazer com que os conceitos espontâneos, informais que os educandos adquirem na convivência social evoluam para o nível dos conceitos científicos, sistemáticos e formais, adquiridos pelo ensino. Eis aí o papel do docente.

O que me leva a perguntar agora: se os educandos fossem bem atendidos, será que teríamos tantas crianças com necessidades educativas especiais? Será que se houvesse a compreensão do que cabe ao educador, adulto, como intermediador naquilo que ele ainda não é capaz de resolver sozinho, deixaríamos de ouvir tantas vezes que os educandos não aprendem?

Afirma Vygotsky (1997): “A sala de aula deve ser considerada um lugar privilegiado de sistematização do conhecimento e o professor um articulador na construção do saber.” Quando nos referimos ao valor das interações em sala de aula, é importante saber que

não aceitamos a idéia de sala de aula arrumada, onde todos devem ouvir uma só pessoa transmitindo informações que são acumuladas no caderno do educando de forma a reproduzir um determinado saber eleito como importante e fundamental para a vida de todos. Esse autor considera todas as deficiências, não somente de ordem física, mas principalmente sociais. As relações dos órgãos de comunicação não estabelecem de forma pura e direta com o mundo, por isso, a sua carência implica, antes de tudo, na perda de funções sociais com a degradação dos vínculos sociais e na mudança de todos os sistemas de conduta, que refletem, principalmente, o sentido de dependência, a carência e as formas de tratamento diferenciado que a sociedade imprime na criança com necessidades especiais.

Acredita-se que a inclusão requer de nós, educadores, uma tarefa essencial: a de definir os rumos de nosso trabalho, de nossa docência escolar e não escolar, considerando os caminhos para alcançá-los, para que cada um manifeste sua aprendizagem segundo sua condição humana.

REFERÊNCIAS

ARANHA, M. L.de A. **História da Educação**. São Paulo: Moderna, 2004.

ARROYO, Miguel. **A educação Básica e o Movimento Social do Campo**. – Belo Horizonte 1983, p.187.

ROSA, Suely Pereira da Silva. **Fundamentos Teóricos e Metodológicos da Inclusão**. – Curitiba: IESDE, 2004, P.26.

CALDART, Roseli Salete. **Pedagogia do Movimento Sem Terra**. São Paulo: Expressão Popular, 2004, 440 p.

Caderno Caminhos da Escrita de Educadoras e Educadores – Rio Bonito do Iguaçú, 2006, 48p.

CARVALHO, R. E. **A Nova LDB e a Educação Especial** - Rio de Janeiro, 2002, p.19.

DAMASCENO, Maria N. Escola rural em assentamentos: um relato em branco e preto. **Revista 11, Escola Rural**, Universidade Federal de Mato Grosso, julho 2002.

Educação, currículo, ensino e formação de professores / Organização de Alexandra Santos Pinheiro, et al. – Francisco Beltrão: UNIOESTE – Campus Francisco Beltrão, 2005p64.

Educação Especial: em direção à educação inclusiva /organizadores Claus Dieter Stobäus, Juan José Maurño Mosquera. – 3. Ed. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2006, 217p.

FERREIRA, J.R. A exclusão da diferença: a educação do portador de deficiência. Piracicaba, São Paulo: UNIMP, 1994, p.26.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Indignação: cartas pedagógicas e outros escritos**. São Paulo: UNESP, 2005, p.42.

GUIMARÃES, Márcia; ROSS Paulo. **História da Educação Especial no Brasil** Curitiba:IBPEX,2003.

MANTOAN, Maria Tereza Eglér, **Todas as crianças são bem – vindas à escola**. Texto site Grupo Escola Inclusiva, Educação para Todos. São Paulo: UNICAMP, 2003. (Disponível em [HTTP://mp.m.gov.br/caops/caop_pd/grupo_educacao_inclusiva.pdf](http://mp.m.gov.br/caops/caop_pd/grupo_educacao_inclusiva.pdf)).

OLIVEIRA, Alaíde Lisboa. **Nova Didática**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro/MEC 2003.

Pessoa com deficiência: aspectos teóricos e práticos / organização do Pro grama Institucional de Ações PEE- Cascavel: EDUNIOESTE, 2006, 140p.

ROSS, Paulo. **Fundamentos legais e filosóficos da inclusão na educação especial** Ross. – Curitiba: IBPEX, 2004, p28.

VIGOTSKY, Liev Semionovitch. **A Formação social da mente**. In: o desenvolvimento dos processos psicológicos superiores. São Paulo: Martins Fontes, 1989, p.6.